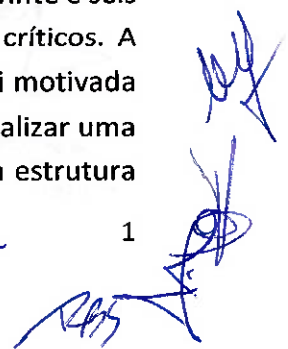
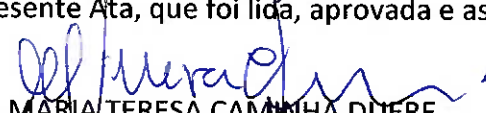


ATA DA 36ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA AGÊNCIA DE REGULÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – ARPE, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2026.

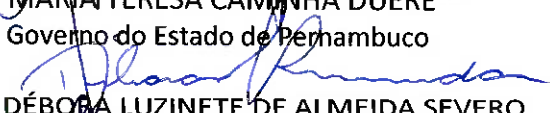
Aos 11 dias do mês de maio de 2026, às 9h30, na sede da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco - ARPE, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Conselheiro Rosa e Silva, 975, Aflitos, Recife - PE, foi realizada a trigésima sexta reunião do Conselho Consultivo do ano de 2025 da Agência de Regulação dos Serviços Públicos - ARPE, contando com a presença dos Conselheiros: **Maria Teresa Caminha Duere**, Presidente do Conselho; **Rafael Bezerra de Souza**, representante do Ministério Público de Pernambuco, **Maíra Rufino Fischer**, representante da Prefeitura da Cidade do Recife, **José Eudes Lima Uchoa**, representante da Companhia Pernambucana de Gás - Copergás, **Maria Gorette de Vasconcelos Aquino**, representante da Associação Municipalista de Pernambuco - AMUPE. Pela Arpe, contou com a presença do Diretor Presidente da Arpe, **Carlos Porto Filho**, da Diretora de Regulação Técnico-Operacional, **Roberta Araújo Machado**, da Coordenadora de Transporte, **Maria Ângela Albuquerque de Freitas**, além da Coordenadora de Articulação Institucional da Arpe, **Silvia Trindade de Melo**. Por videoconferências, participaram o representante do Governo, **Paulo José Galvão Vaz**, e o representante da FIEPE, **Érico Cavalcanti Filho**. E como convidada a Diretora da Empresa de Passageiros de Transporte Intermunicipal, **Ângella Mochel de Souza Netto** e o Diretor de Operações, **Cel. Lindjonhson Félix**. Dando início à reunião, a Presidente do Conselho, Teresa Duere, pediu que todos se apresentassem e em seguida passou a palavra à convidada Presidente da Empresa Pernambucana de Transporte Intermunicipal (EPTI), **Ângella Mochel de Souza Netto**. A reunião deliberou sobre as diretrizes de reestruturação organizacional, o diagnóstico operacional e os mecanismos de governança do seu sistema de transporte, bem como avaliar o estágio atual da transição institucional da Empresa Pernambucana de Transporte Intermunicipal (EPTI). Inicialmente a Presidente da EPTI, **Ângella Mochel**, apresentou o diagnóstico situacional, os problemas operacionais, a desatualização normativa e a fragilidade institucional que caracterizam o cenário atual. Informou que a nova gestão herdou uma estrutura administrativa paralisada e desatualizada, que perdeu protagonismo diante do avanço do transporte clandestino e das inovações tecnológicas de mobilidade. Na sequência, os conselheiros ratificaram a urgência de formulação de um novo Plano Diretor para o setor, bem como a retomada imediata da cooperação técnica com a ARPE e a modernização dos ativos de infraestrutura por meio de parcerias multissetoriais. No tocante ao diagnóstico institucional da EPTI, **Ângella Mochel** relatou ter identificado severas limitações de governança decorrentes do isolamento em relação aos demais órgãos de Estado em gestões anteriores, inclusive com a recusa formal de cooperação mútua com a ARPE. Apontou-se, ainda, o grave déficit no quadro de pessoal, composto atualmente por apenas vinte e seis servidores comissionados e vinte e seis terceirizados, o que reduz a capacidade de fiscalização de campo a contingentes críticos. A Presidente da EPTI informou ainda sobre a mudança de local da sede da EPTI que foi motivada pela necessidade de desocupar o Parque do Cordeiro, onde a governadora planeja realizar uma reforma. Além disso, a presidente da autarquia, **Ângella Mochel**, explicou que a nova estrutura



da EPTI será dividida entre dois locais para otimizar a logística e a fiscalização: uma área administrativa e de uma área operacional, que será transferida para o TIP (Terminal Integrado de Passageiros). Paralelamente, discutiu-se o impacto da concorrência tecnológica e do transporte informal, que ocuparam o espaço deixado pela ineficiência do modelo estatal. O Conselho alertou para a ausência regulatória gerado por plataformas digitais de carona, utilizadas inclusive por empresas regulares para ofertar passagens abaixo da tarifa homologada, à revelia da fiscalização. Destacou-se que o transporte complementar por vans oferece conveniência e segurança percebida superiores ao modelo arcaico de linhas fixas, exigindo do Estado uma resposta que supere os moldes tradicionais de concessão em favor de ferramentas ágeis de monitoramento eletrônico. A infraestrutura dos terminais rodoviários também foi objeto de exame, evidenciando-se a carência de dados técnicos e patrimoniais por parte do Departamento de Estradas e Rodagens (DER), o que impossibilita a correta classificação do porte dos terminais e a justa cobrança de tarifas de embarque. Estima-se a existência de mais de 70 (setenta) terminais no Estado, dos quais a grande maioria se encontra degradadas e sem regulação, figurando como exceção as poucas unidades concedidas sob fiscalização efetiva da ARPE. Como solução de modernização, o Colegiado aprovou a diretriz de conversão desses ativos em polos comerciais multiplex, atraindo investimentos da iniciativa privada, inclusive para a instalação de pontos de recarga voltados à eletromobilidade. Criticou-se o arcabouço legal da Lei Estadual nº 152/2001, cuja descentralização de competências retirou atribuições históricas da ARPE e fragilizou o sistema. Para reverter o impasse, informou-se o andamento de uma minuta de Acordo de Cooperação Técnica Ampla enviada pela ARPE à EPTI, que visa delegar à agência reguladora a fiscalização de terminais não concedidos e o suporte na modelagem tarifária. Por fim, o Conselho Consultivo fixou os encaminhamentos e os próximos passos institucionais, deliberando pela criação de um Grupo de Trabalho multissetorial envolvendo a EPTI, ARPE, SEPLAG, Ministério Público e Universidades para a modelagem do sistema futuro. Ficou acordado que o próximo trimestre, marcado por restrições do período eleitoral, será prioritariamente dedicado à revisão de estatutos, regimentos internos e fortalecimento da governança das agências. Na sequência, a Presidente do Conselho, Teresa Duere, deixou agendada a próxima reunião para o dia 08 de junho de 2026. Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos para a lavratura da presente Ata, que foi lida, aprovada e assinada pelos integrantes presentes da reunião.



MARIA TERESA CAMINHA DUERE
Governo do Estado de Pernambuco



DÉBORA LUZINETE DE ALMEIDA SEVERO
Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco



JOSÉ EUDES LIAM UCHOA
Companhia Pernambucana de Gás



MAÍRA RUFINO FISCHER
Prefeitura da Cidade do Recife

PAULO JOSÉ GALVÃO VAZ
Governo do Estado de Pernambuco



RAFAEL BEZERRA DE SOUZA
Ministério Público de Pernambuco



ÉRICO CAVALCANTI FILHO
Federação da Indústria do Estado de Pernambuco



MARIA GORETTE DE VASCONCELOS AQUINO
Associação Municipalista de Pernambuco